



Políticas públicas para a Energia: Desafios para o próximo
quadriênio
31 de maio a 02 de junho de 2006
Brasília - DF

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES: AVALIAÇÃO TÉCNICO-ECONÔMICA SOB A ÓTICA DO CONSUMIDOR

*** HELENA F. NASPOLINI¹, C.CELSO DE BRASIL CAMARGO¹, NORMA B. C. SCHWINDEN², MAX B. GOMES² E ROSANIA M. GOLFFETO³.**

***¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**

²CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA – CELESC

³SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO GOVERNO DE SANTA CATARINA

1. RESUMO

“Todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Constituição do Brasil, Art. 229, 1998).

O Governo Federal por meio da lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e do Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001, regulamentou a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica e através da Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, regulamentou a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, através do Contrato de Concessão Nº 56/99 com as Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc, em sua Cláusula Quinta estabeleceu que a Concessionária

implementará medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia bem como a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

O combate ao desperdício é a primeira ação a ser tomada para possibilitar o desenvolvimento do país, além de contribuir para a preservação do meio ambiente.

O conjunto das ações dirigidas ao combate do desperdício de energia elétrica no país tem por finalidade estabelecer as bases para a definição de prioridades, apoio, coordenação e acompanhamento de medidas e ações desenvolvidas, com o objetivo de racionalizar o uso da energia elétrica e, como decorrência da maior eficiência, propiciar o mesmo produto ou serviço com menor consumo, eliminando desperdícios e assegurando redução global de custos e de investimentos em novas instalações no sistema elétrico.

O combate ao desperdício e a busca do uso eficiente das diversas formas de energia, devem ser incentivadas, pois levam à

economia de recursos. Economizando energia, postergam-se investimentos com novas usinas e sistemas de transmissão, disponibilizando recursos a serem alocados a outras áreas além de contribuir para a preservação da natureza.

Pelas razões anteriormente elencadas, o presente trabalho pretende analisar, sob a ótica do consumidor, o desempenho de 42 escolas da rede pública estadual de Santa Catarina, das regiões de Florianópolis e do sul do estado, submetidas ao Programa de Eficiência Energética – PEE em sistemas de iluminação, intitulado “Escola + Clara”, desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e a CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina, aprovado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no Programa de Eficiência Energética, ciclo 2003/2004.